

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.623 - MG (2018/0336113-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : FLÁVIO ORÍCIO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por FLÁVIO ORÍCIO, contra acórdão proferido pela 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1 0000.18.119972-0/000.

Nesta via, o recorrente alega que foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento da fiança no valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), não tendo sido levada em consideração a sua situação de pobreza.

Requeru, liminarmente e no mérito, que seja colocado em liberdade ou, subsidiariamente, aplicadas as medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso.

É o relatório.

Das informações prestadas pelo Juízo de origem observa-se que, em **7-1-2019**, sobreveio a prolação de sentença condenando o recorrente à pena de 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, "*em regime inicial semiaberto, em atendimento ao disposto na Súmula 269 do STJ*" (e-STJ fl 195), oportunidade em que lhe foi negado o apelo em liberdade, sob os seguintes fundamentos, *in verbis*:

Diante da multirreincidência do acusado, verifico que, se solto, o réu provavelmente voltará a delinquir, tornando presentes os motivos da prisão preventiva, notadamente o risco à ordem pública, além da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal (CPP, art. 312), impondo também sob esse enfoque, a manutenção da prisão cautelar, [...].
(e-STJ fls. 195-196)

Na hipótese, resta prejudicado o presente recurso voltado a abordar a ilegalidade da fiança aplicada ao recorrente como condicionante para a liberdade provisória, visto que os fundamentos utilizados pelo Juízo sentenciante para justificar o indeferimento do apelo em liberdade ao condenado são diversos daqueles mencionados na decisão primeva, isto é, trata-se de decisão diferente da questionada na presente impetração, sendo, portanto, novo título cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário.

3. Ante o exposto, **julga-se prejudicado** o RECURSO EM HABEAS CORPUS, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

